

Para um estudo do tom¹

For a study of tone

Alfredo M. Lescano

Université de Toulouse – França



RESUMO – O artigo tem como tema a noção de enunciador, visto como voz, seguindo a proposta da Teoria da Polifonia. Defende a ideia de que os enunciadores devem ser entendidos como tons enunciativos, isto é, como modos de apresentação do conteúdo, como tipo de voz, como postura enunciativa. Distingue três tipos de enunciadores e estabelece critérios discursivos para sua identificação.

Palavras-chave: Polifonia; enunciador; tom

ABSTRACT – This paper has as its subject the notion of enunciator, seen as voice, following the proposal of the Theory of Polyphony. It defends the idea that enunciator must be understood as enunciative tones, that is, as ways of content presentation, as voice type, as enunciative position. It distinguishes three types of enunciators and it establishes discursive criteria for its identification.

Keywords: Polyphony; enunciator; tone

Eu gostaria de voltar, neste artigo, ao tipo de olhar que ganhou autoridade em linguística com o nome de *Teoria da polifonia*, mais particularmente à natureza das “vozes”, a partir de agora dos “enunciadores”, que o termo *polifonia* nos habituou a ouvir (ou a se recusar a ouvir) nos enunciados. Após uma rápida crítica à noção de enunciador como “origem” do ponto de vista, defenderei a ideia de que os enunciadores devem ser concebidos como “tons” (seção 1). Nessa apresentação não exaustiva, três enunciadores serão descritos (seção 2), e critérios discursivos para sua identificação serão fornecidos (seção 3).

1 O ponto de partida

1.1 *Problemas da noção “tradicional” de enunciador*

É como origem dos conteúdos que os enunciadores são apresentados, em geral, pela literatura, considerando por pouco que seja a questão polifônica. O que é preciso entender como “origem”? Dito de modo simples, os enunciadores seriam os indivíduos (ou conjuntos de indivíduos, considerando-se ON-locutor de Berrendonner/Anscombe, cf. por exemplo, Anscombe, 2005) a quem

são atribuídos os pontos de vista comunicados pelo enunciado. Essa concepção aparece também em certas passagens de Ducrot (1984). Assim, o enunciador omnipresente no incipit de *A Educação Sentimental* é Frédéric Moreau, porque é a ele que pertence forçosamente o *enfim* de impaciência, diz Ducrot. A redefinição dos enunciadores como “fontes” propostas por Nølke et al. (2004), as aproximações entre a Teoria da polifonia e os estudos sobre a mediatividade (Dendale, 1992, Anscombe, 1994) seriam fieis a essa ideia. Por que contestar essa concepção de enunciador?

Uma das razões, a meu ver fundamental, é que falando-se em termos de “origem” – quer chamemos de “fonte” (Nølke et. 2004), “responsável” (Desclés e Guentcheva, 2000), “agente da verificação da verdade da proposição (Berrendonner, 1981), ou “autor” (Anscombe 1994) – torna-se estritamente impossível estabelecer o enunciador certo no nível da frase. E isso é de uma importância extrema quando a polifonia pretende ser linguística: é então no nível da frase (entidade abstrata, e não do enunciado, unidade concreta), que as variáveis polifônicas tomam valores ou são ao menos restritas.

¹ Artigo publicado na revista *Langue Française*, n. 164, dez. 2009. Paris: Larousse.

Tradução: Leci Borges Barbisan – PUCRS.

Certamente, poderíamos nos contentar, como parecem propor várias análises de Ducrot (1984), com verificar que, para um dado conteúdo, a frase que o veicula só determina a assimilação ou dissociação do locutor em relação ao enunciador desse conteúdo. Mas até mesmo essa posição nominalista é insustentável, como mostram os enunciados com estrutura *é um N*. De fato, imaginemos uma versão para crianças muito pequenas de *A Princesa da ervilha* cujos três primeiros enunciados eram os seguintes:

- (1) Bateram à porta do castelo. O rei foi abrir. Era uma princesa.

O enunciado *Era uma princesa* apresenta o que Genette (1972) chama de “focalização interna”. Sabe-se que Genette, estudando as questões do ponto de vista na narrativa, distingue a “voz” do “modo”. Esquemáticamente, a voz corresponde à instância narradora, e sua identificação depende da resposta à pergunta *quem fala?* O modo (que dá lugar à tripartição: focalização zero, focalização interna e focalização externa) corresponde à pergunta *quem vê?* A focalização interna consiste em *ver com* (adotar o ponto de vista de) um personagem, ou para retomar uma fórmula de Rabatel (1998), em “representar” as percepções e a subjetividade dos personagens em vez de “contá-las”. É (com) o rei que (que se) *vê* no enunciado *Era uma princesa*. Lembramos que Ducrot (1984) evoca a dicotomia de Genette *quem fala? / quem vê?* para caracterizar a diferença entre *locutor* (*quem fala?*) e *enunciador* (*quem vê?*), e analisa, portanto, os enunciados em focalização interna como pondo em cena um enunciador assimilado ao personagem em questão (cf. sua análise do *incipit* da *Educação Sentimental*). O enunciador desse enunciado seria, portanto, assimilado ao rei, isto é, seria dissociado do locutor.

Observemos agora a mesma frase em outro contexto:

- (2) O filho: Papai, quem era Lady Di?
 (3) O pai: Era uma princesa.

Quem é o enunciador do conteúdo que esse novo enunciador: *Era uma princesa* coloca? Entendendo-se os enunciadores em termos de origem, de fonte, esse enunciador só pode ser o locutor: é ele que atribui a si mesmo a responsabilidade por essa afirmação. Portanto, definindo-se o enunciador como o indivíduo que está na origem do ponto de vista comunicado, a frase *Era uma princesa*, pode dar lugar, de um lado, a uma interpretação na qual um enunciador é dissociado do locutor (porque ele é assimilado ao rei), e por outro lado, a uma leitura na qual o enunciador é assimilado ao locutor. A moral é que nem mesmo a posição minimalista permite colocar

na significação da frase uma instrução enunciativa. O que fazer? Ou se conclui que a frase não contém nenhuma instrução polifônica e que os enunciadores são identificados no nível do enunciado a partir de perguntas contextuais ou “pragmáticas”, ou se tenta ver o que esses enunciados têm em comum. É essa segunda via que me parece a única possível para uma abordagem linguística da polifonia, mas ela só pode ser seguida abandonando-se a ideia de um enunciador-origem.

1.2 A ideia de enunciador como tom enunciativo. Preliminares

Para trazer uma definição de enunciador que não se fundamente na origem dos conteúdos comunicados, vou desenvolver uma ideia iniciada em Carel (2008) e Carel (no prelo). Trata-se da ideia de que os enunciadores (para Carel, as “Pessoas”) são figuras míticas – e não indivíduos identificáveis no mundo ou no romance – que, mais do que marcar a origem dos conteúdos, indicam a “força” da asserção, o “tom” do enunciado, essa palavra tomada no sentido de que se pode pedir a alguém que “pare de falar nesse tom”. É essa ideia de tom enunciativo que guiará minha reflexão sobre a polifonia linguística.

Antes de continuar, uma pequena observação metodológica se impõe. No que segue, será suposto que o sentido de um enunciado é constituído de uma ou várias unidades em que se encontra um conteúdo semântico ligado a dois parâmetros: um enunciador e uma “atitude do locutor” em relação ao conteúdo – encontrar-se-ão justificativas para essa configuração no artigo de Carel e Ducrot neste volume.²

(atitude, enunciador, [conteúdo])³

No quadro adotado (cf. além dos dois textos de Carel citados acima, Ducrot e Carel (2006), Lescano (2007)), os princípios fundamentais da Teoria da Polifonia estão integrados aos da *argumentação na língua* sob a forma que ela toma na Teoria dos Blocos Semânticos (Carel 2001, 2002, no prelo), de modo que o conteúdo semântico é concebido como tendo natureza argumentativa. Entretanto, no que diz respeito a este artigo, me limitarei – com exceção de alguns casos pontuais – em anotar a frase entre colchetes para qualquer indicação sobre o conteúdo. Quanto à “atitude”, ela pode ser entendida como o modo como o locutor relaciona o conteúdo à trama do discurso.

² CAREL, Marion, DUCROT, Oswald. Mise au point sur la polyphonie. *Langue Française*, n. 164, déc. 2009. Traduzido para o português e publicado na Revista *Desenredo*, v. 6, n. 1, 2010, sob o título de *Atualização da polifonia* (NT).

³ Às vezes só não se considerará um dos parâmetros, que será o único que aparecerá na nota.

Assim, um conteúdo pode ser 1) o que é afirmado ou “posto”; 2) o que é rejeitado (o morfema *não* rejeita nesse sentido um conteúdo) ou “excluído”. Este trabalho só dirá respeito ao enunciador dos conteúdos postos.

O que quer dizer: o enunciador é um “tom”? O “tom” é o modo de apresentação do conteúdo, independentemente da natureza da origem efetiva do conteúdo. Escolher um “tom” é adotar um tipo de voz, uma postura enunciativa. É talvez banal dizer que o professor na escola adota uma postura quando lista para seus alunos os fatos históricos da Idade Média francesa, e uma outra quando diz à sua namorada que seu vestido é bonito. É menos banal que essas posturas sejam elas próprias objeto de estudo possível para a semântica de língua, isto é, que elas estejam relacionadas ao nível da frase.

2 Alguns tons

2.1 O Locutor

Um desses tons é o “tom de Locutor”. Quando, adotando a noção de enunciador aqui criticada, dizemos que o enunciador é o locutor, ou então que o locutor se assimila ao enunciador, faz-se em geral, referência à ideia de que o locutor atribui a si mesmo a responsabilidade pelo ponto de vista, ou simplesmente que ele se coloca em sua origem. A concepção de enunciador como tom permite ser mais exigente (ou mais preciso). Adota-se um tom de Locutor quando é implicada de modo direto a construção do *ethos*, tomando uma noção de *ethos* que ultrapassa os limites da retórica clássica, porque o identificaremos com o “locutor como tal” de Ducrot (1984)⁴, definido como a imagem que o enunciado constroi de seu autor. Não que os enunciados que afirmam um conteúdo com outros tons não participem da construção do *ethos*, mas falar num tom de Locutor, é *mostrar* que o *ethos* está em jogo, é produzir um enunciado explicitamente *ético*. O enunciado que propõe um julgamento *p* num tom de Locutor constroi seu autor como um *locutor-que-julga-que-p*: falar num tom de Locutor é mostrar que se constroi uma concepção do mundo, e, ao mesmo tempo, é mostrar que se constroi sua própria imagem. O caso mais notável é o da poesia chamada lírica (ou da canção popular: de Brassens a Renaud), não por causa dos *eu* onipresentes, mas por causa dos versos que só propõem uma visão engajada do mundo, e em que a falta de sinceridade seria vista como traição.

Das marcas pouco problemáticas do tom de Locutor, pode-se tomar as expressões *eu desejo que p* e *eu acho que p*. Uma das características da significação dessas expressões é, efetivamente, que elas apresentam *p* como o mundo-tal-como-ele-é-concebido-pelo-locutor – é isso que Ducrot (1975) chama de “predicação original”. A

estranheza de um enunciado como **Eu acho que esse carro é um Citroën* é óbvio, se supusermos que *esse carro é um Citroën* só é interpretável como simples constatação ou indicação sobre a constituição da realidade⁵. A mesma explicação parece válida para **Eu desejo que este carro seja um Citroën* com esta precisão aproximada: eu *desejo que p* concorda com a possibilidade de *não p*, ela estaria relacionada de fato com expressões que, segundo Donaire (2003), “atualizam um debate de pontos de vista”.

Aparentemente, a expressão *a meu ver* seria análogo a *eu acho que*. Mas por que então um enunciado como *A meu ver esse carro é um Citroën* é anormal? É que *a meu ver* pode ser empregado de dois modos bem diferentes. No primeiro emprego, que – inspirando-me na descrição de Perrin (2005) *para N* – chamarei “deliberativo”, *a meu ver* é fortemente ético, afirmando uma concepção original do mundo, e que, sobretudo, opõe-se a outra ou outras concepções possíveis. Esse emprego não é, portanto, compatível com a descrição de *a meu ver* de Kerbrat-Orecchioni (1978) e Coltier e Dendale (2004), entre outros, segundo os quais o enunciado que emprega essa expressão é fundamentalmente “submetido à ordem das coisas” (Coltier e Dendale, 2004). Dizendo-se *a meu ver*, *Citizen Kane é um filme corrompido* é dito que *p* se opõe à opinião segundo a qual *não p*, e isso não é submeter-se a uma certa “adequação referencial”, mas, ao contrário, afirmar uma predicação original, um modo de conceber o mundo.

A meu ver, *p* em emprego deliberativo comunica as unidades:

(posto, Locutor, [p])

(acordado, [alguns pensam que não p])

A descrição de Kerbrat-Orecchioni/Coltier e Dendale concorda, em compensação, com outro emprego de *a meu ver*. Nesse outro emprego, a partir de agora emprego “hipotético”, *a meu ver* serve efetivamente para fazer uma suposição a respeito da realidade. É o emprego que aparece, por exemplo, quando se responde *A meu ver*; *é um x* após uma pergunta do tipo *O que é isso?* Nesse emprego, *a meu ver*, *p* comunica:

(posto, enunciador?, [p])

(acordado, [pode ser que não p])⁶

Efetivamente, o enunciador do conteúdo posto pelo enunciado *a meu ver*, *p* em uso hipotético não é

⁴ Sem dúvida próximo também do LOC da *ScaPoLine*.

⁵ Mais tecnicamente, a sintaxe dessa frase obriga a escolher entre o Mundo e a Testemunha para o conteúdo posto (cf. seções 2.2 e 2.3).

⁶ Por falta de espaço para justificar as análises, sou obrigado a só me pronunciar sobre os enunciadores dos conteúdos *postos*.

determinado por *a meu ver*. Nesse emprego, *a meu ver*, não constitui uma marca de Locutor, mas da comunicação de uma unidade em que a possibilidade de *não p* é acordada. Isso não quer dizer que o locutor como tal, isto é, como a imagem do autor do enunciado, não se veja implicada, mas somente que o enunciado não visa de modo explícito sua construção, só *a meu ver* deliberativo é ético. Essa diferença é posta em destaque pela comutabilidade de *a meu ver* deliberativo por *eu acho que*, e a de *a meu ver* hipotético pelo verbo *dever* dito “epistêmico” (Rossari et al., 2005) ou “inferencial” (Dendale, 2000). É claro, essas comutações se fazem apesar de uma modificação do sentido, mas de uma modificação não suficientemente importante para impedir a frase transformada de aparecer no lugar da frase inicial. Ora, fazendo-se as comutações inversas (isto é, *a meu ver* deliberativo por *dever*, e *a meu ver* hipotético por *eu acho que*) o sentido do enunciado se achará profundamente modificado, de modo que a frase resultante não poderá ser utilizada no mesmo contexto que a frase inicial.

- (4) A meu ver (deliberativo), *Citizen Kane* é um filme ruim.
Eu acho que *Citizen Kane* é um filme ruim.
#*Citizen Kane* deve ser um filme ruim.
- (5) A meu ver (hipotético), esse carro é um Citroën.
Eu acho que esse carro é um Citroën.
Esse carro deve ser um Citroën.

Esses dois empregos de *a meu ver* são, finalmente, um oposto ao outro: em seu emprego deliberativo, *a meu ver*, *p* é um modo de afirmar, de se mostrar, de procurar impor-se: em seu emprego hipotético, é um meio de se retirar, para não correr riscos, para encarar uma saída elegante, em caso de erro, deixando aberta a possibilidade de um *eu tinha dito que eu não tinha certeza* – possibilidade bem estranha em um enunciado como *A meu ver, Citizen Kane é um filme ruim*.

Conseqüentemente, se o enunciado *A meu ver, esse carro é um Citroën* não é sentido como estranho (enquanto *Eu acho que esse carro é um Citroën* é bem difícil) é porque o conteúdo [esse carro é um Citroën] difícil de interpretar como “predicação original”, não é aí apresentado no tom de Locutor: só pode tratar-se de um *a meu ver* hipotético. O tom do conteúdo posto é, portanto, determinado pela frase *esse carro é um Citroën*, cuja sintaxe impõe um “tom de Testemunha”, de que se tratará na seção 2.3.

Insistimos, enfim, que adotar uma noção de enunciador-origem não permitiria dar conta dessa dualidade no emprego de *a meu ver*: qualquer emprego que se faça de *a meu ver*, a origem efetiva de *p* é o sujeito falante (nos

dois casos pode-se dizer que o sujeito falante *pensa que p*, *é responsável por p*, etc.).

2.2 O Mundo

Dessa caracterização do tom de Locutor, segue-se que esse tom não aparece necessariamente quando aquele que fala “assume a responsabilidade” daquilo que ele diz. Assim, aquele que enuncia *O presidente dessa companhia recebeu diamantes* – e assim o denuncia – assume inutilmente a responsabilidade por essa denúncia, o conteúdo não é por isso apresentado num tom de Locutor, tal como se poderia postular seguindo Desclés e Guentcheva (1997), que, raciocinando a partir de uma noção de enunciador (na terminologia polifônica) como fonte, descrevem esse enunciado como assimilando enunciador e locutor⁷. Nisso, eles estariam de acordo com a maior parte dos especialistas, no fato de que o enunciado, não apresentando marcas de divergência de vozes, deve ser atribuído ao locutor (cf., por ex., Dendale, 1972, p.115), para quem “a simples asserção [é] L-Verdadeiro”). Esse enunciado quer exibir a realidade tal como ela é, limita-se a informar sobre a constituição do mundo. O conteúdo que esse enunciado coloca não é carregado pela voz do locutor (embora o que é dito seja eventualmente verdadeiro para o sujeito falante), que se põe completamente em retirada, não para se esconder, mas para torna-se infalível, para adotar uma postura quase inatacável. Chamemos esse tom de “tom do Mundo”. Esse tom é próximo do que Benveniste (1966) chamava de história, esses discursos considerados não terem locutor, e também do que Berrendonner (1981) chamava de Fantasma da Verdade. Mas esse tom enunciativo não é exclusivo do discurso “histórico” ou “factual”. Se, depois de ter dito *eu não te amo mais* continua-se dizendo *é assim*, comunica-se um conteúdo [não te amo mais] num tom de Mundo⁸, ou se preferirmos, adota-se um ponto de vista do ser mítico “Mundo” (assim como falar num tom de Locutor é adotar o ponto de vista do ser mítico “Locutor”). A crueldade de *é assim*, provém do fato de que ele indica que não sou eu que sustento que *não te amo mais*, mas o próprio Mundo. E o Mundo é irrevogável, não aceita pontos de vista contraditórios. O enunciador Locutor, em compensação, mesmo se ele procura impor uma visão das coisas (o tom do Mundo não faz menos, aliás), mostrando com o dedo a originalidade de seu olhar, deixa a porta aberta aos pontos de vista que divergem dele.

⁷ Desclés e Guentcheva (op. cit.), que não trabalham no quadro da teoria da polifonia, chamam de *enunciador* uma instância próxima ao *locutor* (enquanto tal) da T. da polifonia, e *locutor*, instância que não está, finalmente, muito longe da ideia de *enunciador* (polifônico) que criticamos.

⁸ Agradeço a O. Ducrot ter-me dado essa sugestão.

Ducrot (1984) segue Benveniste (1966), para dizer que os enunciados que se relacionam à história não têm locutor. Entretanto, que o enunciador Mundo está relacionado aos enunciados sem locutor não é uma afirmação fácil, porque adotar uma postura enunciativa não é desaparecer. Como mostra Monte (2008), o enunciado que põe um conteúdo num tom de Mundo (Monte fala de “apagamento enunciativo”) constrói uma imagem de seu autor tanto quanto aquele que adota um tom de Locutor, a não ser que essa construção não seja o objeto da enunciação. Em outros termos, embora, com a voz do Mundo, o *ethos* seja construído de modo indireto, ele é construído. Entre outras coisas, o enunciado que fala em um tom de Mundo se atribui um autor que é capaz disso, um locutor que sabe. Como a voz do Mundo é “objetivante”, não nos espantaremos com o fato de que uma de suas marcas privilegiadas seja o *passé simple*, que Benveniste associa ao domínio da história (não há dúvida de que *Napoleão nasceu em Ajaccio* associa ao Mundo o conteúdo que ele põe). Entretanto, notar-se-á com Rabatel (1998) e Nolke e Olsen (2002), de onde é retirado o exemplo seguinte, que o *passé simple* é também suscetível de aparecer nos enunciados que não favorecem uma interpretação que caia no domínio da história de Benveniste (no que diz respeito esse exemplo preciso, o tom dos conteúdos postos é a Testemunha, da qual se tratará abaixo).

Agora, o tiro se organizava, a bateria francesa, perto da qual estava deitada a companhia Beaudoin, teve um após outro, dois servidores mortos. *Um clarão veio até mesmo ferir um homem dessa companhia, um fornecedor cujo calcanhar esquerdo foi arrancado e que se pôs a gritar de dor...* (Zola, *La Débâcle*).

Esses casos mostram que, quando duas instruções polifônicas estão em conflito, há uma que é anulada. O *passé simple* veicula a instrução de atribuir ao conteúdo posto o enunciador Mundo, mas essa instrução é anulada por aquela proveniente da sintaxe da frase (em particular, o sujeito indefinido), que será estudado abaixo. Sem querer entrar no detalhe desse fenômeno, o princípio geral que governa o conflito entre marcas pareceria ser que o tom do enunciado é determinado pela marca que indica o tom mais “fraco” (cf. a noção de força retórica na seção 3). Nas seções que seguem, veremos alguns exemplos de solução desse tipo de conflito entre instruções.

2.3 A Testemunha

O último tom do qual eu me ocuparei aqui pode ser caracterizado assimilando duas noções que provêm de universos diferentes: a narratologia e a semiologia. Trata-se da noção de “testemunha impessoal” de Genette (1972) e da caracterização da testemunha da História ou

da Justiça que Fontanille (2007) propõe. Chamarei esse tom de “tom de Testemunha”.

Genette distingue a focalização interna, que é o caso dos enunciados em que é adotado o ponto de vista do herói, da focalização externa, em que o ponto de vista é também restrito a um “núcleo” sem que por isso esse ponto de vista seja o de um personagem. É aí que aparece uma espécie de “testemunha impessoal e flutuante”, que estaria presente no seguinte enunciado:

- (6) O tilintar contra o vidro pareceu dar a Bond uma brusca inspiração.

É o verbo *parecer* que restringe o ponto de vista (Barthes, 1966; Genette 1972): não se tem acesso ao pensamento de Bond, olha-se do exterior, embora ninguém possa ser identificado como o suporte desse olhar, ou segundo Todorov (1972), desse “saber” (Todorov descreve de fato esses casos dizendo que a voz que conta “sabe menos” do que o herói do romance).

Vê-se, pois, que a ideia de Testemunha se mistura com o que se chama habitualmente “saber” e “percepção” (no que diz respeito ao tom, e já que é um tom, não há lugar para diferenciar percepção e saber), e além disso, ela tem um efeito estranho aos outros tons: ela constrói ao mesmo tempo uma imagem do interlocutor, um interlocutor que não tem acesso àquilo de que se fala, um interlocutor ignorante – nada disso se produz com a voz do Mundo: o enunciado que adota esse tom não marca (ou marca “pouco”, cf. Monte, 2008) os dois pólos da comunicação. Encontra-se aqui Fontanille, que descreve a figura da testemunha da História ou da Justiça principalmente como se apresentando como suporte de um saber inacessível ao interlocutor.

A Testemunha pode aparecer com um verbo de percepção como *ver* com a condição de que o enunciado sirva para apresentar *o que é visto*, como em (7):

- (7) Eu vou enfim poder comprar a enciclopédia. Pedro a viu em liquidação por 20 euros na FNAC.

e não em falar *daquela que vê*, como em (8):

- (8) A criança chorava porque tinha visto sua mãe ir embora.

Calcando a dicotomia sobre aquela que Port-Royal propõe para os verbos de dizer, Carel (no prelo) chama o primeiro emprego de “modal” e o segundo de “atributivo”. O enunciador Testemunha é característico do emprego modal dos verbos de percepção (cf. (7)), mas ele não é determinado por seu emprego atributivo (cf. (8)). O enunciado (7) põe o conteúdo [a enciclopédia

está em liquidação por 20 euros na FNAC] num tom de Testemunha, e concorda com um conteúdo [Pedro tem a propriedade de ter visto a enciclopédia em liquidação por 20 euros na FNAC]⁹.

Vimos em outro lugar que apresentar um conteúdo num tom de Testemunha não é “dar-se a si mesmo como testemunha”. Pode-se muito bem adotar esse tom sem ser o suporte da testemunha (cf. acima: *Pedro a viu em liquidação...*). Mas o nível de abstração exigido é ainda mais importante: no enunciado que fala em tom de Testemunha, não há forçosamente “testemunha” no sentido próprio, mas somente adoção de um modo *testemunhal* de falar – como os outros tons que foram apresentados, são *modos de falar* (está exatamente aí o fundamento da ideia de tom). Que isso coincida por vezes com a transmissão de uma verdadeira percepção ou de um saber efetivamente constatado não deve esconder que colocar um conteúdo num tom de Testemunha é adotar o ponto de vista de um enunciador tão mítico quanto o Locutor ou o Mundo: a Testemunha.

Tomemos um outro marcador do tom de Testemunha, a expressão exclamativa *Olha!* Essa expressão é dificilmente combinável com frases intrinsecamente *éticas* (cf. *#Olha! Eu acho que faz bom tempo*). Poderíamos, certamente, objetar que a combinação é possível com certas frases mais *mundanas* (cf. *Olha! Napoleão foi coroado em 1804 (e eu sempre acreditei que ele tinha sido coroado em 1802!)*, folheando um livro de História) mas aí o Mundo cede seu lugar à Testemunha¹⁰. Sua função é dupla: 1) instaurar um tom de Testemunha; e 2) impor uma forma *opositiva* ao conteúdo (tal oposição que a palavra *no entanto* assinala). Deixando por um instante a neutralidade em relação à natureza do conteúdo, pode-se propor que o enunciado *Olha! Os Dupont têm uma filha* comunica a unidade:

(posto, Testemunha, [não se sabia que os Dupont tinha uma filha, no entanto eles têm])

A construção chamada de “apresentativa”, *há um N*, é também um procedimento que atribui o valor de “Testemunha” ao enunciador do conteúdo posto (ela restringe ao mesmo tempo a natureza do conteúdo comunicado, mas não nos ocuparemos disso aqui). Dizer *Há um problema*, é colocar o conteúdo (com um retorno à neutralidade em relação aos conteúdos) [há um problema] em tom de Testemunha.

Observou-se frequentemente que os enunciados que comportam um grupo sujeito com um artigo indefinido são muito próximos dos enunciados do tipo *há um N* (para os semânticos logicistas, tratar-se-ia nos dois casos da expressão de uma proposição existencial): um enunciado tal como *Um carro está na garagem* é próximo de *Há um*

carro na garagem. Eles são efetivamente próximos pelo menos nisso: do mesmo como os de estrutura *há um N*, os enunciados que comportam um grupo sujeito indefinido atribuem o enunciador Testemunha ao conteúdo posto. Essa descrição é próxima, mas não equivalente, daquela de Furukawa (2006). De fato, Furukawa sustenta que os enunciados com grupo sujeito indefinido (não genéricos, portanto isso não se aplicaria a *Um solteiro é um homem não casado*) caracterizam-se pelo fato de exigirem um “ponto de ancoragem” constituído por um “lugar de percepção direta”. A noção de “lugar de percepção direta” permitiria *a priori* a aproximação entre a descrição dos enunciados ao GS indefinido de Furukawa e ao nosso, que faz apelo à ideia de Testemunha. Mas o conceito de Testemunha vai mais longe do que a exigência de um “lugar de percepção direta”, e isso principalmente porque permite dar conta dos enunciados nos quais justamente não se pode falar de “percepção direta”, como para o título de jornal: *Uma tempestade fez duzentas mortes na Europa do Norte*. Certamente, pode-se sempre apelar para a ideia de percepção, porque é verdade que alguém percebeu “diretamente” a tempestade, mas “percebeu” as duzentas mortes? E, ainda pior, é possível ou necessário que aquele que enuncia (ou qualquer outro?) tenha “percebido” o elo que une a tempestade às vítimas, o fato de que foi a tempestade que matou essas pessoas? Não propondo uma abordagem “realista” da Testemunha – contrariamente a Furukawa – mas puramente discursiva, evitamos os problemas de identificação das fontes (temos outros, evidentemente) e alargamos o domínio de aplicação da noção: *era uma princesa* em (2), descrito abaixo como adotando um tom de Testemunha, não pode ser descrito fazendo intervir a ideia de “percepção direta”. Não necessitando distinguir as entidades *perceptíveis* daquelas que não o são, a noção de Testemunha não encontra esse tipo de dificuldade. Testemunha é o nome de um modo de apresentação dos conteúdos semânticos¹¹. As observações de Furukawa são, entretanto, próximas das nossas, e isso porque a existência de um “elo de percepção direta” é um dos contextos que favorecem o aparecimento da Testemunha, de onde o fato de que o emprego modal do verbo *ver* seja uma marca da adoção desse tom.

Vimos que o verbo *parecer* é para Genette e Barthes um sinal de focalização externa: o enunciado *O tilintar*

⁹ Esse segundo conteúdo não faz parte do propósito do enunciado, é nesse sentido que ele é “acordado”, não é, pois, a ele que é articulado *eu vou enfim poder comprar a enciclopédia para mim*, articulação que só considera o conteúdo posto.

¹⁰ Viu-se que se duas marcas de tom se opõem, o tom que permanecerá será o mais “fraco” dos dois, Aqui em que o conflito é entre uma marca de tom do Mundo e uma marca de Testemunha, o enunciado adota um tom de Testemunha, porque é o mais “fraco” dos dois (cf. seção 3).

¹¹ Caracterizado por uma força retórica particular (cf. seção 3) e por outros fenômenos discursivos (cuja capacidade de dar lugar a focalizações discursivas, cf. abaixo)

contra o vidro pareceu dar a Bond uma súbita inspiração, por causa da presença de *parecer*, indica que não se tem acesso aos pensamentos de Bond, e portanto, que é necessário supor que o enunciado deve ser posto na conta de uma “testemunha impessoal e flutuante”. Eu prefiro dizer que enunciar uma frase contendo o verbo *parecer*¹², é falar num tom de Testemunha. Mais geralmente, o que Genette chama “focalização” só seria possível para enunciados em que o enunciador do conteúdo posto é a Testemunha. Um enunciado de focalização “externa” é um enunciado que coloca um conteúdo num tom de Testemunha. No caso da focalização “interna”, além de o enunciado ser declarado num tom de Testemunha, a personagem se acha descrita como tendo tido esse pensamento, essa percepção.

Voltemos agora ao problema que a focalização narrativa coloca a uma abordagem polifônica, que se fundamenta sobre uma noção de enunciador como origem do ponto de vista. Como Nolke e Olsen (2005) assinalam, a focalização não é um fenômeno que se relaciona com o nível da frase (lembrando que *frase* é a unidade abstrata atualizada em discurso; *enunciado* é a unidade concreta – trecho de discurso – que atualiza uma frase): a frase *Era uma princesa* pode ser atualizada em um contexto linguístico em que sua leitura se impõe (cf.(1)), ou então em outro em que a focalização seja estritamente impossível (cf. (2)).

- (1) Bateram à porta do castelo. O rei foi abrir. Era uma princesa.
- (2) O filho: Papai, quem era Lady Di?
- (3) O pai: Era uma princesa.

A noção de enunciador-origem obriga a analisar as duas enunciações consideradas da frase *Era uma princesa* como fundamentalmente diferentes no nível polifônico. Parece-me, ao contrário, que as duas enunciações dessa frase adotam o mesmo enunciador (tom). Mas que tom esses enunciados compartilham? Não é o do Mundo, sendo dado que, como vimos, esse tom se parece mais com a ideia de história de Benveniste, esses enunciados sem subjetividade aparente, que apresentam o Mundo, justamente, por ele próprio, enquanto um enunciado como (1), como dizia Rabatel (1998), representa as percepções, a subjetividade de uma personagem. Também não se trata de um tom de Locutor: não há nem num caso, nem no outro, o investimento do locutor na fala, exigência de um enunciado para qualificá-lo como adotando esse tom. Esses enunciados não são *éticos*. As duas enunciações de

Era uma princesa associam o conteúdo que elas colocam à Testemunha. A versão focalizada se distingue da não-focalizada pelo fato de que, além disso, ela “fala” do rei (que se torna *aquele-que-viu-uma-princesa*, o rei não duvida da nobreza dessa moça ensopada de chuva à porta do castelo). Ela não se distingue do fato de que a resposta do pai a respeito de Lady Di seja focalização externa. Sustentar que os enunciados de focalização externa põem em cena a Testemunha não é sustentar a recíproca, isto é, que os enunciados adotam um tom de Testemunha estejam todos em focalização externa. A resposta *Era uma princesa*, a respeito de Lady Di, deve ser posta em relação com aquele que dá o paciente do oftalmologista que responde *Era um E, quando o médico lhe mostra uma das letras do exame de visão: uma e outra fazem falar a Testemunha*. Deve, portanto, ser feita abstração do fato de que, em termos “realistas”, no caso da letra E, se trate de testemunha uma percepção, enquanto no caso de Lady Di, “testemunha-se” um saber (independente do que isso queira dizer). Tudo o que conta é o modo como o conteúdo é apresentado. Os enunciados da forma *isso SER um N* (como aqueles que comportam *há um N*, ou com sujeito indefinido – pelo menos na interpretação dita “não genérica”) apresentam seu conteúdo num tom de Testemunha.

Tínhamos visto na seção 1 que a ideia de enunciador como origem dos conteúdos semântico veiculados pelo enunciado não é satisfatória para uma teoria da polifonia linguística porque a origem do conteúdo não estaria prevista no nível da frase. Pode-se acrescentar agora uma outra razão: a origem do conteúdo não é determinante para a caracterização do aspecto enunciativo do sentido do enunciado. De outro modo, os enunciados (a) *Eu acho que citizen Kane é um filme corrompido*, (b) *Napoleão foi consagrado* em 1804 e (c) *Olha! Os Dupont têm uma filha* deveriam ser descritos como possuindo todos as mesmas propriedades enunciativas, considerando-se que eles veiculam, os três, conteúdos na origem dos quais encontra-se o locutor. Ora, uma análise enunciativa deve ser capaz de distinguir esses enunciados. Conceber os enunciadores como “tons” permitiria fazê-lo. Nesta seção, apresentei três enunciadores-tons: o Locutor (que permite caracterizar o enunciado (a)), o Mundo (cf. (b)), e a Testemunha (cf. (c)). Como adotar um ou outro desses enunciadores para o conteúdo posto determina o “tom” do enunciado, são esses tons que foram descritos. Na seção seguinte, critérios serão fornecidos para sua identificação.

3 O critério da refutação

Até aqui foi de modo mais intuitivo que descrevi cada tom. Eu gostaria, portanto, nesta seção, de esboçar

¹² No uso feito aqui, não em *parece-me que* que possui a fraqueza retórica – cf. seção 3 – própria ao tom de Locutor, até mesmo se ele permite eventualmente, nos fatos, falar de uma percepção.

um critério linguístico-discursivo que permita identificar os três tons de que se trata neste artigo. Esse critério é fundamentado na relação de “refutação e na ideia de que cada tom atribui uma “força retórica” ao enunciado que o adota. Chamemos “refutação” uma das formas que pode tomar uma avaliação negativa¹³ operada por um enunciado B em relação a um enunciado anterior A. A pergunta constituirá outro tipo de avaliação negativa. Direi que um enunciado B refuta um enunciado anterior A, se B é uma avaliação negativa de A e se B veicula uma unidade que exclui o conteúdo posto por A.

Refutação

A: (posto, [p])

B: (posto, [q]; (excluído, [p])

Isto é, o enunciado B que refuta o enunciado A declara o conteúdo posto por A *fora de jogo*. Insisto no fato de que B deve conter uma exclusão de A e não simplesmente uma dúvida relativamente a A. Assim, se B pode voltar a seus propósitos com uma expressão do tipo *mas tu tens razão talvez/mas talvez eu me engane*, sem que essa continuação seja sentida como “deslocada”, nem B perca sua dignidade (isto é, que ele não seja percebido como alguém que sustenta ao mesmo tempo ideias opostas), a avaliação só terá sido um questionamento, não uma refutação. Dir-se-á, portanto que, em (9), o enunciado de B refuta o enunciado de A, precisamente porque o enunciado *Ele foi entronizado* em 1802 (esse enunciado, isto é, nesse contexto), veicula a unidade (excluído, [ele foi entronizado em 1804], e que, portanto continuar dizendo que o interlocutor tem talvez razão é sentido como contraditório.

(9) Em que ano Napoleão foi entronizado imperador?

A: Em 1804.

B: Ele foi entronizado em 1802, #mas talvez tu tenhas razão.

Chamemos agora a “força retórica” de um enunciado sua capacidade de refutar outros enunciados, e as possibilidades que ele abre a sua própria refutação. Admitindo-se que cada tom atribui ao enunciado uma força retórica particular, torna-se então possível estabelecer um critério de identificação dos tons que seja fundamentado sobre a capacidade que eles conferem ao enunciado de refutar outros, bem como sobre as possibilidades que cada tom abre à refutação dos enunciados que os adotam.

Tomemos o caso do Mundo. Trata-se do tom retoricamente mais forte, pelo fato de que um enunciado,

pondo um conteúdo nesse tom, só é refutável por outro enunciado que adote também ele um tom de Mundo (cf. (9)), nenhum dos outros tons conseguem refutá-lo. O minidiálogo seguinte (mais particularmente, a banalidade da sequência *mas talvez tu tenhas razão*, na segunda intervenção do aprendiz) ilustra a ineficácia de qualquer tentativa de refutar o Mundo num tom de Testemunha:

Seja o cenário seguinte: em uma escola de espionagem, um aprendiz de espião deve observar um certo Igor. Um mestre espião conhece por antecipação os movimentos de Igor (eles são previstos no protocolo do exercício) e, para testar as qualidades profissionais do aprendiz, pergunta-lhe *o que faz Igor agora?* Eis o diálogo que segue à pergunta:

(10) Aprendiz: Igor dirige-se lentamente para o bistrô.

Mestre: Ele não se moveu.

Aprendiz: Eu o vi deslocar-se para o bistrô {tom de Testemunha}.

Certo, mas talvez você tenha razão (eu devo ter tomado outra pessoa por Igor).

O Mundo também não é refutado pelo Locutor. Pode-se vê-lo com a ajuda de uma conversa com Lévi-Strauss (*Magazine Littéraire*, HS n. 5):

(11) LS: No debate entre Sartre e Foucault, eu não tomo partido porque eu não procuro fazer filosofia.

Jornalista: O senhor partiu da filosofia. O senhor professou-a.

LS: Eu não desejo que as pesquisas de laboratório às quais eu me dedico sejam interpretadas em determinado sentido pelos filósofos. Em todo caso, é assunto deles, não meu. Eu venho da filosofia, certamente, mas eu me dirijo para o que eu acredito ser uma pesquisa positiva.

O jornalista fala no tom do Mundo e seu enunciado é avaliado negativamente, mas não refutado, pela expressão de desejo de Lévi-Strauss.

Quanto ao tom de Testemunha, ele é refutável pelo Mundo (cf. a intervenção do Mestre em (10), que não poderia ser seguida por *mas talvez tu tenhas razão*), e também por outro enunciado que adota um tom de Testemunha.

(12) X: Era quem, Lady Di?

A: Era uma princesa {tom de Testemunha}

B: Não, era uma cantora de jaz, {tom de Testemunha}

#mas talvez tu tenhas razão.

¹³ Retomando o termo “avaliação negativa” (mas não a noção) de Moeschler (1982).

A reação negativa sobre um tom de Locutor em relação a um enunciado que adote um tom de Testemunha não constitui nem mesmo um bom questionamento:

- (13) A: Olha! Igor está se dirigindo ao bistrô
B: #Eu acho que ele nem se mexeu.

O Locutor é refutável pelo Mundo. Pode-se vê-lo no trecho da entrevista com Lévi-Straussi citada acima. O *eu não procuro fazer filosofia* de Lévi-Strauss é refutado pela réplica do jornalista, que, adotando um tom de Mundo para sua avaliação negativa, exclui o conteúdo [o senhor não procura fazer filosofia].

Pode-se recusar também um enunciado que adote um tom de Locutor, com a Testemunha¹⁴

- (14) Espião A: Parece-me / Eu tenho a impressão de que Igor não se moveu.
Espião B: Ele se deslocou para o bistrô.
#mas talvez tu tenhas razão.

e outro enunciado que adota um tom de Locutor:

- (15) A: Que belo espetáculo!
B: Eu o acho de uma chatice mortal
#mas talvez tu tenhas razão.

Chega-se assim à situação esquematizada no quadro seguinte:

O enunciador x é refutado pelo enunciador y

x \ y	Mundo	Testemunha	Locutor
Mundo	sim	não	não
Testemunha	sim	sim	não
Locutor	sim	sim	sim

Quanto mais um tom permite refutar e resiste à refutação, mais um tom é retoricamente forte. Seguindo esse princípio, o tom mais forte é o do Mundo: não há nenhum tom que ele não possa refutar¹⁵. Quanto ao tom da Testemunha, o único tom que não é refutado é o do Mundo, e ele é refutado tanto por ele-próprio¹⁶ quanto pelo Mundo. Esse tom é, portanto, mais fraco do que o Mundo, mas mais forte do que o Locutor, porque este último só se refuta a si mesmo, e qualquer tom o refuta: falar em tom de Locutor consiste, pois, em escolher o tom mais fraco (pelo menos entre esses três que apresentamos).

4 Em forma de conclusão

A proposta que acaba de ser esboçada compartilha com a proposta de Ducrot (1984), e aquelas que dela se inspiram, a concepção dos conteúdos semânticos como

sendo carregados por “vozes”. Ela se afasta na medida em que essas vozes são as de certo número de “seres míticos”, definidos em relação ao modo como eles participam da construção da imagem dos participantes da troca (locutor/interlocutor) nos fenômenos discursivos que eles habilitam (tal como a focalização narrativa) e na força retórica que eles conferem ao enunciado, mais do que em relação à origem dos conteúdos. A noção de “tom” quer ser, portanto, uma contribuição à homogeneização do estudo dos aspectos linguísticos que subjazem ao que se chama habitualmente “modalização”, a gestão dos pontos de vista nas narrativas, a dimensão retórica dos discursos, e sem dúvida – sejamos otimistas – outras esferas do sentido que escondem, de momento, sua natureza *tonal*.

Referências

- ANSCOMBRE, J.-C. Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative. *Langue française*, n. 102, p. 95-107, 1994.
- ANSCOMBRE, J.-C. Le ON-locuteur: une entité aux multiples visages. In: BRES, J.; HAILLET, P.P.; MELLET, S.; NØLKE, H.; ROSIER, L. (Éds.). *Dialogisme et polyphonie, Approches linguistiques*. Bruxelles: De Boeck-Duculot, 2005. p.75-94.
- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Flammarion, 1978 [1662].
- BARTHES, R. Introduction à l'analyse structurale des récits. *Communications*, n. 8, p. 1-27, 1966.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1966.
- BERRENDONNER, A. *Eléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1981.
- CAREL, M. Argumentation interne et argumentation externe au lexique: des propriétés différentes. *Langages*, n. 142, p. 10-21, 2001.
- CAREL, M. Argumentation interne aux énoncés. *Revue de Sémantique et de Pragmatique*, n. 11, p. 101-119, 2002.

¹⁴ Poderíamos nos perguntar em virtude de que parâmetro *Ele se dirigiu ao bistrô* é em (14) associado à Testemunha, enquanto *Ele não se moveu* é associado em (10) ao Mundo. Haveria de fato ambiguidade de certos enunciados entre esses dois tons, em particular para aqueles que comportam um verbo no presente (não genérico). Para esses dois casos, o que produz a diferença é o fato de que o locutor do enunciado de (14) não pode ser construído como *suporte* do “saber” (ele pode ser precedido de *olha!* Mas mais dificilmente – sem alteração de sentido – de *eu sei que*), enquanto as circunstâncias da troca fazem com que o locutor do enunciado de (10) só possa ser concebido como *independente* do conteúdo (ele não poderá iniciar seu enunciado com *olha!* Enquanto que *eu sei que ele não se moveu* seria aqui muito natural – e não alteraria muito o sentido do enunciado, pelo menos no que diz respeito ao aspecto enunciativo).

¹⁵ Deveríamos dizer que *não há nenhum tom cuja adoção por um enunciado dado impeça a outro enunciado, que proponha um conteúdo num tom de Mundo, de refutá-lo*. Em todo esse parágrafo, dizendo que um “tom refuta ou não um outro”, queremos dizer que “um enunciado que adote certo tom pode, ou não, refutar outro”.

¹⁶ Isto é, um enunciado que adote um tom de Testemunha pode ser refutado por outro enunciado que adote esse mesmo tom.

- CAREL, M. Polyphonie et argumentation. In: BIRKELUND, M.; MOSEGAARD HANSEN, M.-B.; NOREN, C. (Éds.). *L'énonciation dans tous ses états. Mélanges offerts à Henning Nølke*. Bern, Berlin, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Wien: Peter Lang, 2008.
- CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif: lexique, discours, et blocs sémantiques*. (à paraître)
- COLTIER, D.; DENDALE, P. La modalisation du discours de soi: éléments de description sémantique des expressions *pour moi, selon moi et à mon avis*. *Langue française*, n. 142, p. 41-57, 2004.
- DENDALE, P. La polyphonie comme notion épistémique. In: De MULDER, W.; SCHEREWEGEN, F.; TASMOWSKI, L. (Éds.). *Enonciation et parti pris. Actes du colloque de l'Université d'Anvers* (5, 6, 7 Février 1990), Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1992. p. 105-120.
- DENDALE, P. Devoir épistémique à l'indicatif et au conditionnel: inférence ou prédiction? In: ENGLEBERT, A. et al. (Éds.). *Actes du XIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Bruxelles)*. Tübingen: Niemeyer, 2000. p. 159-169.
- DESCLÉS, J.-P.; GUENTCHEVA, Z. Enonciateur, locuteur, médiateur dans l'activité dialogique. In: MONOD BECQUELIN, A.; EROUJON P. (Éds.). *Les rituels du dialogue*. Nanterre, 1997. p. 79-112.
- DONAIRE, M.L. Les sélecteurs du subjonctif; un domaine sémantique défini? *Thélème*, numéro extraordinario, p. 121-135, 2003.
- DUCROT, O. Je trouve que. *Semantikos*, n. 1, p. 62-88, 1975.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- DUCROT, O.; CAREL, M. Description argumentative et description polyphonique le cas de la négation. In: PERRIN, L. (Éd.). *Le sens et ses voix. Dialogisme et polyphonie en langue et en discours. Recherches linguistiques*, Université de Metz, n. 28, p. 215-242, 2006.
- FONTANILLE, J. Ethos, pathos, et persuasion : le corps dans l'argumentation. Le cas du témoignage. *Semiotica*, v. 163, n. 1-4, p. 85-109, 2007.
- FURUKAWA, N. Enoncé athématique, point d'ancrage et indéfinis. In: CORBLIN, F.; FERRANDO, S.; KUPFERMAN, L. (Éds.). *Indéfini et prédication*. Paris: Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 2006. p. 83-96.
- GENETTE, G. *Figures III*. Paris: Minuit, 1972.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Déambulation en territoire aléthique*. Stratégies discursives. PUL: Lyon, 1978. p. 53-102.
- LESCANO, A.M. Grammaire argumentative de l'article. *Revue de Sémantique et Pragmatique*, n. 21-22, p. 117-132. 2007.
- MONTE, M. Poésie et effacement énonciatif. *Semen*, n. 24, p. 99-121, 2008.
- MOESCHER, J. *Dire et contredire. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. Berne: Peter Lang, 1982.
- NØLKE, H.; FLØTTUM, K.; NORÉN, C. *ScaPoLine. La théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. Paris: Kimé, 2004.
- NØLKE, H.; OLSEN, M. Le passé simple subjectif 2. *Polyphonie – linguistique et littéraire*, n. 5, p. 101-118, 2002.
- PERRIN, L. Le discours rapporté modal. In: LOPEZ, M.; MARNETTE, S.; ROSIER, L. (Éds.). *Le discours rapporté dans tous ses états*. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 64-74.
- PERRIN, L. Le rôle de *pour* et de *selon* relativement aux fonctions des séquences échos dans la presse écrite. In: LÓPEZ, M.; MARNETTE, S.; ROSIER, L. (Éds.). *Dans la jungle des discours: genres de discours et discours rapporté*. Cadix: S.P. Université de Cadix, 2006. p. 381-90.
- RABATEL, A. *La construction textuelle du point de vue*. Lausanne, Paris: Delachaux et Niestlé, 1998.
- ROSSARI, C.; BEAULIEU-MASSON, A.; COJOCARIU, C.; RAZGOULIAEVA, A. *Autour des connecteurs; réflexions sur l'énonciation et la portée*. Berne: Peter Lang, 2005.
- TODOROV, T. Vision dans la fiction. In: DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972. p. 411-6.

Recebido: 04 de novembro de 2010
 Aprovado: 20 de novembro de 2010
 Contato: alfredo.lescano@free.fr